SENADO FEDERAL

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia onze de julho de dois mil e treze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Anibal Diniz, reúne-se a Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil, com a participação de membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, os Senhores Senadores Zeze Perrella, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento. O Presidente O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 01 de 2013-CCTSTTR e 03 de 2013-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Luiz Henrique e Vital do Rêgo, que requerem “... nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Excelentíssimos Senhores José Fernando Iasbech, General de Brigada do Exército Brasileiro – EB; Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá – MG; Maurides Rodrigues Nascimento, Prefeito do Município de Minaçu – GO; e Pedro Jorge Cherene Júnior, Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana - RJ. Justifica a ausência o Excelentíssimo Prefeito do Município de Presidente Figueiredo –AM, Senhor Neilson da Cruz Cavalcante. Findas as apresentações, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Luiz Henrique. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ANIBAL DINIZ

Presidente da Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil

|  |  |
| --- | --- |
|  | **SENADO FEDERAL** **SF** - 1 SECRETARIA-GERAL DA MESASECRETARIA DE TAQUIGRAFIA ***SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES***  CCTSTTR (6ª Reunião de Subcomissão) 11/07/2013 |

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil, ambas da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realizam nesta data, 11 de julho de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Damos, então, início aos trabalhos da nossa reunião conjunta, que é realizada em atendimento aos Requerimentos de nº 3, de 2013, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 1, de 2013, da Subcomissão Temporária de Terras-Raras, ambos da autoria do Exmº Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, Relator da Subcomissão, para discutir ações para os minerais estratégicos para o País com a criação de um novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor.

Convidamos, então, à mesa, os Exmºs Srs. José Fernando Iasbech, General de Brigada do Exército Brasileiro e gerente do Projeto Proteger; Neilson da Cruz Cavalcante, Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas; Sr. Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá, Estado de Minas Gerais; Sr. Maurides Rodrigues Nascimento, Prefeito do Município de Minaçu, Estado de Goiás; Pedro Jorge Cherene Júnior, Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro. Temos outros dois convidados representando prefeituras, a quem convidamos a tomar assento mais à frente.

Srªs e Srs. Senadores, esta é a nossa última audiência pública destinada a reunir informações, elementos e sistematizar alguns conhecimentos que vão ser úteis na construção do relatório que será preparado pelo Senador Luiz Henrique – e temos o prazo até o 30 de agosto para apresentarmos esse relatório.

Exatamente por ser a última das nossas audiências públicas, eu pedi que nós construíssemos um memorial de tudo que foi feito até agora, de tal maneira que a gente possa, além da apresentação dos expositores convidados de hoje, fazer uma memória de tudo o que foi realizado nas outras audiências públicas até aqui.

Srªs e Srs. Senadores e demais presentes, previamente às exposições pelos nossos ilustres convidados, faremos um breve apanhado sobre as atividades desta Subcomissão até a data de hoje.

Com esta quinta audiência de hoje, encerramos – na realidade, hoje é a sexta audiência – o ciclo de debates proposto pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, nosso Relator, para a instrução da Subcomissão. Com vários e ricos debates, desde a sua instalação, em 2 de abril último, foram seis reuniões desta Subcomissão. Já contabilizando os convidados ora presentes no dia de hoje, foram 23 expositores, entre empresários, autoridades públicas ligadas aos órgãos do Executivo, Prefeitos, especialistas e juristas, além da participação das Embaixadas do Japão e da Austrália.

A amplitude das temáticas abordadas serviu para que nós, Senadores e Senadoras membros desta Subcomissão de Terras-Raras, tivéssemos mais conhecimento e uma ampla visão sobre o assunto. Todos os expositores tiveram oportunidade de apresentar os pontos de vista pessoais e das respectivas representações, e ainda houve, durante o curso do nosso ciclo, o anúncio pelo Governo Federal do envio da proposta de Marco Regulatório da Mineração para o Congresso Nacional.

Todo esse cenário fortalece ainda mais os nossos trabalhos e reforça a convicção de que o aperfeiçoamento do arcabouço legal em torno do setor de mineração é uma premissa necessária e essencial ao desenvolvimento do País.

Destacarei algumas passagens que refletiram a dimensão dos debates neste Plenário. Abre aspas para o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, Sr. Carlos Nogueira:

*“Os bens minerais como um todo integram um setor que abarca o conhecimento em especial da Geologia para que tenhamos uma mineração forte, uma mineração competitiva, tecnologicamente responsável. Temos que ter o conhecimento geológico do nosso território. [...]*

*As nossas diretrizes, ter uma governança pública, eficaz, que promova a utilização dos bens minerais extraídos para o interesse nacional, agregação do valor e promoção da sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva”* – fecha aspas.

O Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Alvaro Toubes Prata, declarou que – abre aspas:

“*A cadeia produtiva dos minerais de Terras-Raras envolve diferentes processos trabalhosos que requerem conhecimento extremamente especializado e o Brasil tem condições de dominar cada uma dessas etapas da cadeia produtiva de Terras-Raras”* – fecha aspas.

Já o Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Sr. Fernando Antonio Freitas Lins, nos alertou que – aspas: “Os riscos são aqueles que nós brasileiros já conhecemos, da descontinuidade. O risco é haver uma desarticulação, ou seja, os governos, os entes governamentais não se articularem e a indústria não se articular” – fecha aspas.

Ainda na linha da questão do processo produtivo, o Superintendente Geral da Fundação Certi, Sr. Carlos Alberto Schneider, apresentou a seguinte afirmação – aspas: “Considera-se que o Brasil tem jazidas superiores à China hoje. O que nós temos que fazer é implementar esse processo produtivo” – fecha aspas.

Pelos representantes das indústrias de mineração, destacamos a posição apresentada pela empresa Mineração Serra Verde, que, pelo seu Diretor, o Sr. Paulo de Tarso Serpa Fagundes, novamente presente hoje em nossa audiência, declarou especial preocupação com – aspas – “a suspensão das novas outorgas para lavras e a retenção do processo de licenciamento que se arrastam desde 2011 e vêm penalizando muito esse setor tão estratégico para a nossa economia” – fecha aspas.

A questão do monopólio da CNEN em relação à extração e manuseio de materiais radioativos foi levantada a partir da exposição do Sr. Alair Veras, representante da Indústrias Nucleares do Brasil.

Na audiência realizada no dia 6 de junho, tivemos uma mesa eclética e abrangente. Destacamos várias posições, tais como, pelo Ibram, foi-nos passada uma visão ampla sobre todo o setor de mineração no Brasil, apontando que os minerais estratégicos devem ocupar posição relevante e específica dentro do nosso Plano Nacional de Mineração; pelo Sr. Paulo César Ribeiro Lima, especialista e consultor da Câmara dos Deputados, foi-nos destacada a questão da pesquisa e desenvolvimento da cadeia produtiva ao setor de alta tecnologia como sendo a saída e o caminho para o fortalecimento dessa indústria e que isso também deverá passar por uma decisão política; o Dr. Adriano Cançado Trindade nos trouxe uma visão voltada aos aspectos jurídicos da discussão, ressaltando que o aprimoramento do marco regulatório deve estabelecer um campo ainda mais amplo, que é o estabelecimento de uma política mineral integrada que fortaleça a exploração dos recursos em minerais, inclusive aqueles considerados estratégicos como os elementos de terras-raras.

Vimos também a exposição pelo Prof. José Farias de Oliveira, pela COPPE, que nos apresentou o Projeto do Trem de Levitação Magnética, como sendo uma das novas aplicações para o superímãs.

Foram muitas as contribuições. De tudo isso, podemos destacar, então, como premissa necessária e mais importante para a continuidade desta discussão, a de que não cresceremos somente fortalecendo a indústria de mineração, pois, além do fato de não serem os elementos de terras-raras exatamente raros, a oferta mundial de matéria-prima tende a aumentar. A tendência é que, daqui para frente, a indústria de transformação e de alta tecnologia desenvolva ainda mais as aplicações de produtos a partir dos elementos de terras-raras.

Por isso é que poderemos extrair como conclusão mais forte desses debates a de que o Brasil deve investir em toda a cadeia produtiva de forma articulada e perene, pois a evolução para o setor exige, como em qualquer processo inovativo, um bom ciclo de anos até a sua consolidação.

Foram citadas algumas indústrias, tais como a de ímãs e geradores eólicos, catalisadores, produtos para a indústria do petróleo, aplicações em equipamentos de alta tecnologia e até aplicações para as futuras baterias para os veículos elétricos.

Mesmo ante esse cenário amplo, é essencial, contudo, que as nossas mineradoras estejam fortalecidas no processo extrativo e que possam garantir o fornecimento da matéria-prima a uma indústria nacional em atividade.

Os movimentos registrados pela atuação irregular da China no bloqueio da exportação dos elementos de terras-raras nos deixam este alerta: não podemos permitir e investir no desenvolvimento de uma indústria que fique à mercê do fornecimento mundial desses minerais, quando temos aqui, no Brasil, talvez uma das maiores jazidas do mundo.

Daí a importância de partirmos de um marco regulatório consolidado para o setor de mineração como um todo e com especial atenção aos minerais estratégicos.

A proposta que sairá desta Subcomissão trará uma visão especializada sobre os elementos de terras-raras e contemplará as necessidades para o setor, mas servirá de embrião para uma discussão voltada aos minerais estratégicos, aí incluídos os elementos de terras-raras.

Durante a tramitação do marco regulatório da mineração, certamente haverá a junção das discussões, aperfeiçoando-se ainda mais o debate e os resultados. E tenho certeza, Senador Luiz Henrique, de que, com as contribuições todas que recebemos, ao longo dessas audiências, V. Exª terá todas as condições de dar uma grande contribuição para fazer com que esse marco regulatório seja o mais atento possível a essa necessidade de tratamento especial aos minerais de terras-raras.

A Subcomissão de Terras Raras entrará agora no processo de discussão e análise de todo o conteúdo produzido durante as nossas audiências públicas.

O prazo inicialmente estabelecido para a conclusão dos trabalhos é 30 de agosto próximo, mas ficará a cargo do nosso eminente Relator a evolução dos trabalhos, inclusive pela realização de eventuais novas diligências.

Feito esse apanhado dos trabalhos, passaremos agora à exposição pelos convidados, cada um com o tempo inicial de 15 minutos, podendo ser acrescido, caso seja necessário, para as suas exposições.

Além do Exército, temos aqui os Prefeitos de Municípios produtores dos elementos de terras-raras, que poderão nos passar a sua experiência e abordar também as questões de natureza ambiental ligadas ao assunto.

Eu gostaria, para começar os debates de hoje, de passar a palavra ao Sr. Neilson da Cruz Cavalcante, Prefeito de Presidente Figueiredo.

Há uma justificativa da ausência do Sr. Neilson da Cruz Cavalcante, que teve um problema de saúde e não pôde se fazer presente.

Então, passo a palavra ao Sr. Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá.

Sr. Jeová, V. Exª tem a palavra.

**O SR. JEOVÁ MOREIRA DA COSTA** – Bom dia a todos! Quero agradecer a oportunidade de participar deste momento, que, para nós, de Araxá, é histórico, e dizer que estou aqui como Prefeito de Araxá pela terceira vez, Prefeito este que busca nas suas ações aquilo que é a razão de toda a nossa vida: desejar ao próximo uma sobrevivência com dignidade.

Araxá é uma cidade que podemos dizer que hoje é um paraíso de 100 mil habitantes. Temos lá uma riqueza mineral fantástica, alicerçada na exploração do nióbio, explorada pela Companhia Brasileira de Mineração (CBMM), que é um exemplo de excelência da excelência. Hoje, 70% da nossa arrecadação é graças à produção mineral da CBMM.

Por outro lado, nós tivemos, na década de 70, um investimento fantástico na nossa cidade, com a exploração de outra riqueza mineral, que é o fosfato. Hoje, essa exploração é feita pela Vale Fertilizantes, que a gente entende que é um dos eixos estruturantes do agronegócio brasileiro.

Recentemente, fomos informados da existência de terras-raras dentro do rejeito da exploração do nióbio e dentro também da exploração do fosfato.

Então, nós, Prefeitos, estamos aqui – e entendo que esse é o sentimento de todos os prefeitos de municípios aqui presentes – para sensibilizar o nosso Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, Relator desse marco regulatório da exploração de terras-raras, no sentido de fazer com que possamos colocar nos nossos Municípios o conhecimento, entendendo que é necessário o Brasil avançar e trazer o conhecimento para explorar essas riquezas.

Dentro desse programa, o nosso Governo municipal tem idealizado a Cidade Tecnológica. É dentro desse cenário que estou aqui hoje, para a gente defender essa tese. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Senador Zeze Perrella, que está contribuindo para que a gente avance nesse projeto. Então, a Cidade Tecnológica que estamos desenhando para Araxá é justamente alicerçada nessa excelência de tecnologia que hoje é explorada pela CBMM do nióbio. Para o conhecimento dos senhores, hoje, somos responsáveis por 95% da exploração de nióbio do mundo. Como bem disse o nosso Presidente da CBMM, José Tadeu, lá eles não vendem a pedra de nióbio, eles vendem a tecnologia, informando como fazer ali um produto de excelência e um produto de eficiência para a humanidade.

Então, a Cidade Tecnológica que estamos querendo desenhar está pautada dentre todos os objetivos desta audiência pública, que é a capacitação de mão de obra, a participação das universidades e dos centros de pesquisa, a cooperação internacional, e fazer essa cadeia produtiva. Como Araxá está localizada no centro do País, nós entendemos que lá existe espaço para a gente instalar um centro de pesquisa para avançar no Brasil em termos de pesquisa e conseguirmos novos produtos com essas riquezas minerais existentes no nosso País.

O que Araxá já fez? Nós já desapropriamos um prédio antigo, o Instituto Colombo, que vai estar ligado com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, para instalar um intercâmbio com as universidades internacionais. Então, vamos ter alojamentos para receber os professores e os estudantes internacionais, assim como também os nossos estudantes brasileiros para irem às universidades internacionais. Lá, haverá, com a Internet, uma sala virtual, onde vão acontecer a comunicação e os debates em tempo real.

Nós desapropriamos uma área na 262, onde vamos instalar o Centro de Pesquisa; conseguimos, com o Governo de Minas, uma receita de R$10 milhões e a prefeitura está entrando com R$7 milhões.

Entramos em contato com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que já é realidade, que vai implantar um braço na nossa cidade. Nós já temos Cefet lá há mais de dez anos, com cursos de ensino superior. Entramos em contato com outras universidades internacionais, que se dispuseram a fazer contratos e a participar dessa ideia, que estamos lançando, de fazer uma cadeia produtiva dentro dos minerais existentes em nosso Município.

Estamos, ao mesmo tempo, como Araxá é uma cidade que está no centro do Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e noroeste de Minas, onde o agronegócio é muito fortalecido, estamos estabelecendo contatos com as câmaras de comércio de Israel, da China e da Costa do Marfim. O Instituto Colombo é aquele prédio que fica na Bacia do Barreiro, que desapropriamos, com recursos da prefeitura, e onde vai funcionar o cérebro da Cidade Tecnológica.

Aqui é um pátio da Expominas, onde estamos fazendo um trabalho junto com o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Codemig, para se implantar ali a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Essas são as localizações, dentro da topografia do Município de Araxá, da CBMM, da Vale Fertilizantes, da MbAC*,* uma empresa canadense que está com um projeto de explorar as terras-raras em nosso Município.

São as outras empresas que estão dispostas a fazer essa parceria com o Município de Araxá.

Estamos trabalhando no sentido de buscar a cadeia de produção dos minerais existentes em nosso Município. Repetindo, as parcerias com as quais estamos entrando em contato e que estão dispostas a entrar nesse projeto que estamos desenhando.

Era isso o que eu gostaria de deixar aqui registrado.

O nosso entendimento como Prefeito, como pessoa que está ali ao lado do cidadão, é de que o Congresso Nacional, através desse Marco Regulatório da Exploração de Terras-Raras, tem a possibilidade de fortalecer os Municípios. O que gostaria de deixar registrado é que se deve estabelecer um *royalty* para os Municípios mineradores para que possamos instalar ali essa cadeia de produção e ter ali alicerçado o nosso futuro e o das novas gerações em cima do conhecimento, e que a gente não fique, daqui a anos, com essa mesma situação que observando da realidade nos Municípios mineradores.

No mais, estamos abertos a perguntas, abertos a outras colocações.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, prefeito Jeová Moreira, da cidade de Araxá.

Passamos a palavra agora ao Prefeito do Município Minaçu, Maurides Rodrigues Nascimento.

**O SR. MAURIDES RODRIGUES NASCIMENTO** – Bom dia a todos e a todas. Para mim é um prazer muito grande estar aqui fazendo parte desta audiência e vendo o tamanho da discussão sobre esse minério que temos o privilégio de possuir em nosso Município.

Sabemos nós que o Brasil passa por um momento delicado na área da economia. O País encontra dificuldade para crescer por conta de uma série de aspectos importantes, como cenário externo conturbado, problema de infraestrutura, alta carga tributária, além de outros fatores. É fundamental que o País continue avançando em questões fundamentais para o desenvolvimento de nossa economia, mas é importante que essas leis não afetem a competitividade dessas empresas; caso contrário, elas podem optar por investir em outros países.

Há, em Minaçu, um projeto em curso que pode revolucionar não apenas o nosso Município, mas o País.

A Mineração Serra Verde, uma empresa do Grupo Mining Ventures Brasil assinou com o Governo de Goiás um protocolo de intenções para construção de uma planta destinada ao aproveitamento de uma jazida de terras-raras, conjunto de elementos químicos utilizados em diversas indústrias na cidade de Minaçu.

O documento prevê que a empresa fará investimento entre R$300 milhões e R$600 milhões para instalar uma unidade de extração e beneficiamento, que produzirá concentrado de terras-raras para o mercado nacional e internacional a partir dos minérios encontrados no local.

A primeira etapa do projeto depende da implantação e operação da planta piloto, ainda em 2013, cuja guia de autorização será ainda pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Uma segunda etapa do projeto com aplicação de mais de R$600 milhões de investimentos, entre 2018 e 2023. Será o processamento em Minaçu o concentrado para obter a sua separação em terras-raras e individuais, com teor de pureza de 99,99%.

Atualmente, a única fornecedora desses materiais é a China. Para o Brasil é fundamental atrair investimentos e incentivar empreendedores para que essa segunda etapa do processamento das terras-raras seja feito no País. Com isso, o Brasil deixará de ser um mero exportador de matérias-primas neste importante setor de mineração para colocar-se na vanguarda do domínio dessa tecnologia de ponta, com amplos benefícios para sua economia.

Com o início da operação prevista para 2016, o projeto em Minaçu, da Mineradora Serra Verde, será o primeiro a produzir terras-raras críticas com baixo custo de classe mundial no Brasil.

O Congresso está discutindo o marco regulatório de mineração que chegou em junho. É importante que esse debate seja feito com muita cautela para não comprometer investimentos já anunciados e em curso no País.

Na verdade, vemos hoje que nós, Prefeitos, enfrentamos as dificuldades com a comunidade. Sei que é um trabalho de muita responsabilidade e, às vezes, depende muito de leis, mas assim como nós Prefeitos estamos reivindicando a liberação dessas mineradoras, também estamos prontos para fiscalizar.

O que queremos é que os senhores tenham mais uma atenção voltada para o aceleramento desses processos para que, na verdade, consigamos pôr em prática esses produtos que são bons para nossos Municípios, para nossos Estados e para a Nação.

Colocamo-nos à disposição, Minaçu está aberta para colaborar e não podemos negar que temos um grande desejo de que essa mineradora instale-se com urgência, porque, na verdade, o nosso Município recebeu duas represas e trouxe muitos trabalhadores e concluiu a obra. Estamos lá com uma população precisando de emprego e vemos hoje que essa mineradora é uma solução para nosso Município.

Peço aos senhores que ajudem o nosso Município que tem o privilégio de ter esse minério. Também deixamos claro que sabemos do impacto ambiental que essas mineradoras trazem, mas estamos lá para fazer justiça, para fiscalizar.

Essas são as minhas palavras, deixo aqui o meu agradecimento a todos.

Meu agradecimento a todos.

**O SR. ZEZE PERRELLA** (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Sr. Prefeito Maurides Rodrigues.

Pela ordem...

**O SR. ZEZE PERRELLA** (Bloco/PDT – MG) – Queria apenas me justificar porque estou presidindo uma comissão do lado, da CCT, junto com a Relações Exteriores, onde estamos tratando do tema dos grampos.

Só queria cumprimentar os Srs. Prefeitos, General Iasbech, nosso Presidente Anibal Diniz, meu querido amigo Jeová Moreira, Prefeito da nossa querida Araxá e Pedro Jorge, Prefeito de São Francisco.

Os senhores me desculpem, mas realmente tenho que sair, porque estou presidindo lá. Quero dizer a vocês da tranquilidade que ficamos quando vemos uma comissão importante como essa sendo presidida por um Senador do quilate do Senador Anibal, que conhece o tema, preocupado com o tema e a relatoria do nosso papa das relatorias do Senado, que é o Senador Luiz Henrique.

Então, para tranquilidade dos senhores, estão em muitíssimas boas mãos. Vamos ajudar no que for necessário para que realmente essa coisa saia do papel. Vamos para as ações.

Um abraço a vocês.

Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador Zeze Perrela, que é o nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, justificando a sua não presença a esta audiência pública.

Pergunto ao Sr. Tasso Mendonça Júnior se gostaria de complementar alguma informação relacionada à cidade de Minaçu.

**O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR** – Gostaria de cumprimentar o Senador, demais membros da Mesa e as pessoas que estão no plenário, o que gostaríamos de complementar, como chefe de gabinete da gestão da mineração, que seria uma secretaria executiva da área de mineração em Goiás, que o Município de Minaçu e o próprio Estado de Goiás têm a característica de ser bastante rico em minerais e minerais estratégicos.

Minaçu, por exemplo, é o único portador de amianto crisotila do Brasil e uma das duas únicas do mundo que produz. No entanto, o Município sofre com dificuldades, como o Prefeito tem citado, e o Estado de Goiás tem procurado apoiar a cidade e o próprio Estado no desenvolvimento tecnológico e mineral do Município.

Ele sofre com as ações para banimento do amianto, que é uma campanha eminentemente mercadológica, que tenta tirar do mercado uma fibra perfeitamente utilizável, haja vista que se procurou no Município vítimas do amianto, e em todas as certidões de óbito não se encontrou uma única vítima. Por outro lado, agora, ao desenvolver jazidas de terras-raras, a companhia sofre ainda em obter autorização para que tenha guia de utilização para iniciar a lavra experimental do elemento terras-raras, por uma questão de marco regulatório, em relação ao qual solicitamos aos Senadores e autoridades parlamentares que agilizem essa questão do marco regulatório.

Como estava conversando com os Prefeitos, acreditamos que o patrimônio mineral é um patrimônio a ser desenvolvido. Penso que sofremos da síndrome da exploração portuguesa do nosso ouro, que veio, tirou o nosso ouro e levou embora. Na verdade, esses bens estratégicos são bens a serem desenvolvidos. Debaixo do chão, eles valem muito.

Então, temos que valorizar o que temos entre as orelhas, ou seja, o nosso cérebro. Então, a nossa campanha do Governo do Estado de Goiás junto com o Município de Minaçu é no sentido de que possamos agilizar essa exploração de uma forma viável, de uma forma que traga benefício para o Município, para o Estado e para o País. Mas a nossa preocupação hoje com o marco regulatório é de que o Governo, após discutir quatro anos esse marco, que acreditamos que foi com pouca transparência, chega ao Congresso e sofre 370 emendas, ou seja, parece-me que foi pouco discutido para que tenha tido tantas emendas.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Só lembraria ao ilustre visitante que o Código Florestal, de que fui relator, teve 1.787 emendas, quer dizer, o número de emendas ao Código Mineral é menor do que eu imaginava.

**O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR** – Eu até explico isso, Senador, porque até o nosso Código hoje é bom, o Código em vigor é bom. Penso que ele é mal gerido. Então, a nossa preocupação é exatamente essa, porque o Código chegou e vai precisar ser regulamentado. E também porque essa ação está paralisando a atual atividade, ou seja, a emissão de guias, a emissão de portarias.

Então, é um apelo que o Governo de Goiás, juntamente com o Município de Minaçu, faz ao Congresso, para que nós agilizemos esse novo marco, assim como o Código Florestal, que acredito esteja eivado de sucesso em sua implementação. Que possamos democraticamente discutir esse Código, com uma visão bastante desenvolvimentista para a mineração, porque acredito que a questão mineração seja tão representativa quanto a questão do Código Florestal, porém o impacto ambiental dela é bem menor, porque é localizado.

Então, o nosso apelo é que possamos discutir com muita responsabilidade e agilidade essa questão de que depende o desenvolvimento dos Municípios e dos Estados.

É isso que eu tinha a colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Tasso Mendonça Júnior.

Agora passo a palavra ao Sr. Pedro Jorge Cherene Júnior, representante do Município de São Francisco de Itabapoana.

O senhor tem a palavra.

**O SR. PEDRO JORGE CHERENE JÚNIOR** – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar quero agradecer o convite a oportunidade de participar desta audiência pública. Estou Prefeito do Município de São Francisco pela primeira vez.

O Município se localiza no extremo norte do Estado do Rio, já na divisa com o Estado do Espírito Santo, ao lado de dois Municípios milionários, que são Campos dos Goytacazes e São João da Barra, onde há hoje o grande empreendimento do Porto do Açu e, ao lado do Espírito Santo, Município de Presidente Kennedy. Mas, apesar de estar cercado por Municípios produtores de petróleo, o nosso Município de São Francisco é considerado limítrofe, com 63km de litoral, com extensão territorial de 1.111km2, fazendo o Município ser o terceiro maior em extensão territorial do Estado do Rio. A população é estimada em, mais ou menos, 42 mil habitantes, com o segundo pior IDH do Estado do Rio.

Então, nós temos um grande desafio, desde quando assumi o mandato, em 1º de janeiro, de realmente transformar a realidade, melhorando, acima de tudo, a qualidade de vida da nossa população.

Nós temos no Município de São Francisco uma unidade da INB, na localidade de Buena, onde, há cerca de 70 anos, há a extração da monazita, sendo que, mais ou menos, há cerca de um ano, houve a suspensão dessa extração. Eles hoje comercializam a monazita estocada para a China. Assim que eu assumi, preocupado com perspectiva, de que sempre a gente ouve falar no Estado do Rio, de um possível fechamento da unidade da INB, na localidade de Buena, eu logo procurei e tive uma agenda com a Presidente da INB na cidade do Rio de Janeiro, até para aprofundar um pouco mais.

Fiz algumas solicitações de pesquisa na área do Município de São Francisco. Na oportunidade fui muito bem recebido e já fui atendido na minha solicitação. Eu havia solicitado naquele momento que uma equipe de técnicos da própria INB fosse ao Município e fizesse o levantamento de áreas com monazita a serem exploradas, até preocupado com o impacto social, porque é a única indústria do Município, que tem como principal fonte econômica a agropecuária. Estava muito preocupado com o impacto do desemprego, já que muitas famílias dependem da atividade da unidade no Município.

Há mais ou menos 20 dias essa solicitação foi atendida. A equipe de técnicos já esteve no Município fazendo um estudo e levantamento de possíveis áreas a serem exploradas na extração da monazita. Esses relatórios serão repassados à Prefeitura, mas como isso foi há apenas 20 dias, ainda estou no aguardo desses relatórios. Espero ter uma boa notícia para o Município, que INB continue atuando por alguns anos.

Ao que me foi informado, ela continua no Município numa meia-vida de oito anos, mesmo não tendo outras áreas para serem exploradas. Pelo menos haverá uma permanência de oito anos na unidade aberta no Município de São Francisco.

Da mesma forma fui informado, até pela própria INB, de que a gente não se enquadra muito na questão da exploração de terras-raras, até porque na área de São Francisco o que há e o que se explorou, ao longo desses anos, foi a monazita, havendo hoje sete mil toneladas estocadas, que estão sendo comercializadas pela China.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade e o convite e dizer que venho aqui hoje com o principal objetivo de aprender e levar conhecimentos. Tenho certeza de que, com a explanação que ouvi de colegas Prefeitos e os da própria plenária, que vai poder falar, vou levar conhecimentos para colocarmos em prática e ajudando na parceria no Município de São Francisco.

Mais uma vez agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui hoje participando desta audiência pública.

Bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Prefeito Pedro Jorge Cherene Júnior.

Passamos, imediatamente, a palavra ao General de Brigada José Fernando Iasbech, gerente do projeto estratégico Proteger e que representa nesta audiência o Exército Brasileiro.

Com a palavra, o Sr. General .

**O SR. JORGE FERNANDO IASBECH** – Exmo Sr. Senador Diniz, Senador Luiz Henrique e Senadora Lídice da Mata, sejam as nossas primeiras palavras também de agradecimento. É uma oportunidade que muito honra o Exército poder estar com os senhores participando desse intercâmbio de ideias.

Um general nosso amigo certa feita comentou uma fábula antiga: se dois viajantes se cruzassem na estrada, cada um carregando um pão e trocassem os pães, cada uma sairia com um pão; se cada um trouxesse uma ideia e houvesse o intercâmbio, cada um levaria consigo duas ideias.

Eu tenho a oportunidade especial de aprender com os senhores e de aplaudir o esforço de todos os senhores nesse trabalho hercúleo. Imagino quanto trabalho não deu ao senhor, Senador, essa relatoria, toda a articulação aqui envolvida. Nós vemos a vibração, o brilho nos olhos dos Prefeitos que trabalham por suas comunidades. Desejamos votos de muito sucesso, desde o início.

O Exército se solidariza com os esforços da sua população e busca se capacitar para melhor servir ao nosso País. Nesse sentido, fui distinguido com a oportunidade de ser o gerente de um projeto estratégico do Exército chamado Proteger.

Peço paciência a todos para passarmos um pequeno vídeo, que nos situará no contexto do projeto.

(*Procede-se à exibição de vídeo*.)

**O SR. JORGE FERNANDO IASBECH** – Agradeço muito a todas as senhoras e os senhores pela atenção.

Vamos, então, discorrer sobre o projeto Proteger em si, serei bem breve para não cansá-los.

Vamos trabalhar num roteiro simples sobre o conceito do projeto, atividades desenvolvidas e alguma coisa que poderíamos, considerando o fórum que aqui se debate de mineração, o que o Exército tem podido apoiar, embora muito modestamente, e poderá ampliar o apoio com o tempo. Assim pretendemos: contagiar uma informação.

Sobre o conceito do projeto, a finalidade é que, assim como os senhores desenvolvem um esforço muito grande para que a nossa capacidade de produção cresça, o Exército, como os senhores viram no filme, busca transformar-se, porque o País cresce em ritmo acelerado. Nenhuma Força Armada tem o direito de querer ser maior do que o país, mas não pode ser menor do que o país a que serve, deve estar à altura da potência estratégica que o Brasil já é hoje, para poder acompanhar o desenvolvimento da sua sociedade.

Nesse sentido, o Exército deve capacitar-se para oferecer uma cooperação entre agências que seja permanente – hoje ela é episódica – e que amplie, com isso, a capacidade de proteção à sociedade. Os países em verde já têm um sistema unificado no nível nacional, e, dos BRICS, apenas o Brasil ainda não o possui. Há iniciativas isoladas. Nós conversávamos com o Dr. Jeová, o Prefeito de Araxá, sobre a força da integração, e é isso que nós buscamos.

O projeto reconhece, como todos sabemos, que nenhuma instituição é tão forte quanto todas juntas. Nós buscamos exatamente capacitar o Exército, para que sirva de mais um instrumento de integração aos inúmeros Ministérios que se esforçam já nesse sentido e as várias instituições governamentais que trabalham nessa área.

E o Exército interpreta que ele tem capacidade de exatamente apoiar bem, porque, quando nós analisamos o histórico das operações recentes – são centenas de operações/ano, hoje o Exército está desenvolvendo 57 operações no País, Quando temos um trabalho conjunto, voltado para a segurança ou defesa, esse é o percentual de tropas do Exército envolvidas nas operações. Isso porque o Exército é a força mais numerosa e porque os maiores desafios do País – nós reconhecemos – estão em terra. E ele é a força terrestre. Quando nós observamos as atividades desenvolvidas, o projeto nasceu no seu conceito em 2011; em 2012, foi apresentado ao Governo Federal, que iniciou alguns trabalhos; e as atividades que podemos desenvolver no período já nos deram bastante aprendizado, enriqueceram bem o conceito; oficiais trabalharam meses remapeando a infraestrutura crítica do País ou estrutura estratégica, como queiramos chamar.

Partimos de um trabalho muito bem elaborado pela Presidência da República, capitaneado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que elenca, num mosaico de segurança institucional, 368 estruturas. No nosso remapeamento, consideramos que, embora de menor importância, mas pela interdependência que possuem, haveria outras 276 que necessitariam ser monitoradas.

O exemplo da interdependência fica muito claro no evento de Itaberá, em 2009: quando houve o curto na subestação de Itaberá, caiu Itaipu. Eram aproximadamente 0h25 da noite. Itaberá é uma subestação pequena, mas o curto derrubou Itaipu, e, quando caiu Itaipu, também caiu Angra, porque não se sustentou. Duas horas depois, a primeira turbina de Itaipu já estava ligada; cinco horas depois, todo o sistema estava religado; 36 horas depois, ainda faltava água em São Paulo e Rio.

Então, a interdependência do sistema é que nos chamou a atenção: como é importante que todos os pontos sejam monitorados e como é fundamental aquilo que nós comentamos: a integração, que todos trabalhemos juntos. É por isso que o Exército busca capacitar-se para poder oferecer uma pronta resposta de melhor qualidade ao País.

O conceito se desenvolveu a partir de trabalhos que o Exército historicamente já desenvolvia, com base na sua distribuição territorial. Cada um desses símbolos é uma unidade do Exército espalhada pelo País. Em todo o Território Nacional, nós já temos o planejamento subdivido em áreas de proteção integrada, cada área de proteção integrada tem, como primeira subdivisão, as subáreas de proteção integradas, sob responsabilidade de um general de duas estrelas, um general de brigada; essa subárea se subdivide ainda em setores de proteção integrada sob a responsabilidade de batalhões, regimentos, grupos, unidades do Exército, que já têm todas as infraestruturas da sua área mapeadas e uma parte delas já inclusive reconhecida *in loco*.

Criamos, com isso, uma base de dados: são 36 mil campos de informação sobre a nossa infraestrutura crítica, com todo georreferenciamento correspondente, que é, digamos assim, a primeira base de inteligência para o futuro centro que foi apresentado no filmete, que esperamos implantar no próximo ano.

Também identificamos e ampliamos a nossa capacidade de contraterror. Esse é o retrato da participação dos militares do Exército agora na Copa das Confederações, conduzindo as atividades de contraterror do País, sempre sob a coordenação do Ministério da Defesa – nós somos uma das forças coordenadas pelo Ministério da Defesa.

Falando um pouquinho sobre aquele centro, que é o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências, a finalidade dele é exatamente integrar esforços dos vários setores, desde os grandes eventos que o Brasil sediará, como o meio ambiente, como a nossa infraestrutura crítica, para que, trabalhando juntos, consigamos ter o intercâmbio de informações com sistemas de apoio à decisão que nos permitam antecipar ações e oferecer uma pronta resposta.

Já há uma área pronta no Exército disponível para isso. A ideia é também que ela se capilarize pelas unidades móveis do Exército, que terão toda a base para integração com as agências locais, apoiando essas agências.

Como um comentário adicional, dentro do arcabouço de inteligência e informação concebido no projeto, há um incremento do que nós chamamos, no campo militar, de geoinformação, uma parte da qual pode apoiar as atividades de mineração, porque a primeira cartografia básica é encargo legal no País ser desenvolvida pelo Exército.

Se nós tivermos a orientação de demanda e os recursos necessários, poderemos trabalhar preparando toda essa base para que depois se faça exatamente a prospecção daquilo que realmente temos de disponibilidade. Já temos alguma coisa mapeada, os Municípios são testemunha disso, mas, pelo que temos lido nos relatórios, Senador Luiz Henrique, ainda não se tem a segurança de ter mapeado todo o País. Estaríamos longe, ainda, disso.

Para que se faça o mapeamento geológico é preciso ter, primeiro, a cartografia básica, para poder se ganhar muito em tempo nessa exploração e na inteligência, a fim de se fazer a prospecção com uma inteligência prévia.

Então, essas são algumas imagens geradas pelo sistema de cartografia do Exército.

Esperamos não tê-los cansado muito com a nossa apresentação e nos colocamos à disposição para as perguntas ou orientações que o senhor tiver, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, General José Fernando Iasbech.

Registramos aqui também a presença da Senadora Lídice da Mata, que muito nos honra estando conosco nesta audiência.

Passo a palavra imediatamente ao Exmo Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, que é o Relator desta Subcomissão Temporária de Terras Raras.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Srª Senadora Lídice da Mata, nossos ilustres convidados, o objetivo fundamental da criação desta Subcomissão também presidida pelo Senador Anibal Diniz é o de fazer com que o País tenha uma política de desenvolvimento científico na área mineral relativa aos 17 elementos de terras-raras.

O Brasil já perdeu a grande oportunidade de hoje dividir com a China a liderança nesse processo não apenas de mineração, mas também de industrialização, passando por todas as fases, desde a seleção, a concentração, porque o Brasil adotou uma decisão de submeter-se ao mercado.

A China desenvolveu grandes jazidas, como a de Baotou, uma grande oferta, barata, de matéria-prima nessa área.

O que fez o Brasil? Fez o mesmo que os Estados Unidos. Os Estados Unidos fecharam a sua grande jazida Mountain Pass, e o Brasil praticamente abdicou da continuidade no processo de domínio da tecnologia. Os Estados Unidos tinham razões estratégicas para isso, porque estavam estabelecendo relações econômicas muito fortes com aquele país, deslocando as indústrias americanas que perderam competitividade para o leste asiático. Mas o Brasil não tinha nenhuma razão política, estratégica, diplomática para fazê-lo. O Brasil simplesmente tomou a seguinte decisão: “Isso está tão barato, para que nós vamos gastar dinheiro investindo nisso?” Essa foi a decisão, decisão equivocada; aliás, a segunda decisão equivocada que nós adotamos. A outra foi nos anos 40 e 50, quando nós nos tornamos exportadores de *commodities* de minerais estratégicos como o tório e o urânio e abdicamos, embora tivéssemos uma massa crítica de cientistas muito importantes, embora tivéssemos centros de excelência já desenvolvidos, mais que os italianos, que, no entanto, foram capazes de, na Via Panisperna, desenvolver o processo de desaceleração do átomo, comandado pelos físicos Enrico Fermi e Ettore Majorana... Mas nós, não; nós vamos exportar monazita, vamos exportar tório e urânio e ainda não temos o submarino nuclear, embora estejamos loucamente necessitando deles, posto que, na Guerra das Malvinas, por exemplo, se os argentinos tivessem um submarino nuclear não teriam sido derrotados no conflito.

Pois bem. O objetivo, então, é este: fazer com que o Brasil tenha uma decisão política de investir no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. E dentro dessa decisão política, o Brasil tem que integrar a iniciativa pública com a iniciativa privada. Nós não podemos continuar deixando o setor privado fora de participação no manuseio e na elaboração de produtos radioativos, que hoje é um monopólio da CNEN. Então, esse é um assunto que o Brasil precisa resolver, até porque os elementos de terras-raras, em sua grande maioria, aqueles que foram já identificados no País estão associados com minerais radioativos.

A primeira questão é a autonomia científica e tecnológica. A segunda, estabelecer uma possibilidade de integração de esforços entre o setor público e o setor privado, eliminando esse monopólio paralisante do manuseio de elementos minerais radioativos. O terceiro objetivo é fazer com que o setor de mineralogia, e aí entra o setor de terras-raras que é sobremaneira estratégico, tenha um marco regulatório que permita a sua expansão no sentido de ser progressivamente exportador de produtos de valor agregado e reduzidamente exportador de produtos *in natura*, de *commodities* minerais.

O grande desafio brasileiro hoje é continuar com grande presença no comércio exterior na venda de minerais e de produtos agrícolas, mas sem renunciar, pelo contrário, buscando desesperadamente agregar valor aos produtos para que nós tenhamos uma equação, no mínimo, de 50% por 50%.

Sou de um Estado onde dois terços das exportações são de produtos industrializados de valor agregado. Mas essa é uma exceção. Santa Catarina é uma exceção ao Brasil. O Brasil exporta dois terços de *commodities* e quando se refere ao *commodity* mineral isso se torna efetivamente muito mais grave, até porque se sabe que uma tonelada de um mineral *in natura* vai valer mais, vai valer igual, às vezes, há alguns centigramas de matéria-prima beneficiada.

Nesse ponto, eu tenho entusiasmo com algumas iniciativas do setor privado e também agora do Governo nessa área. O Ministro Raupp criou um grupo especial para desenvolver o projeto de produção de imãs de terras-raras a partir dos elementos de terras-raras. O projeto prevê, dentro da visão ortodoxa da política brasileira, uma iniciativa pública que gere um processo de produção de imãs de terras-raras através da construção de um laboratório-indústria.

Quando aqui esteve o diretor da CBMM, ele nos disse que, a partir da constatação de uma grande quantidade de cério, lantânio e outros minerais raros no nióbio, que aquela empresa lá em Araxá está desenvolvendo um projeto para a produção de uma planta industrial a partir daqueles minerais já existentes em depósitos da empresa; ou seja, ela já tem depósitos de minerais que foram separados do nióbio na produção industrial. É uma empresa mundial, é um *case* mundial a empresa araxaense – ela tem, se não me engano, filial em Cingapura, nos Estados Unidos, na China –, e com poder de rapidamente passar por uma produção industrial em escala. Então, eu raciocinei aqui: por que o Governo vai fazer isoladamente esse laboratório-indústria? Por que não se associa com a companhia brasileira localizada em Araxá para fazê-lo com menos dispêndio de dinheiro público e mais eficácia?

O nióbio é um exemplo a ser seguido no Brasil. O Brasil tem mais de 90% das reservas mundiais, mas não vende *commodity* de nióbio. Houve muito contrabando, foi denunciado no passado; na verdade, nós vendemos produtos beneficiados, fundamentais hoje para as novas ligas de aço, para as novas ligas da indústria aeronáutica, espacial e para todos esses elementos que nos apoiam nas nossas atividades. Então, o caminho que a gente tem é a partir do que já foi separado do nióbio que está lá depositado.

Outro caminho que nos deixa muito entusiasmado é o exemplo da Mineração Serra Verde, em Minaçu. Gozado, foi um vaqueiro... Ninguém prestava atenção naquela pedra verde e um vaqueiro, um tal de José Cerqueira, disse: “Isto aqui é minério importante.” Isso resultou, após exame laboratorial em São Paulo, nesse projeto que eu acredito que vá desenvolver, a partir de terras-raras, sem presença de mineral radioativo. Essa é a vantagem da usina de Baotou, na China. Há grande perspectiva de encontrarmos, no Norte, Nordeste e no Centro-Oeste, grandes jazidas de mineral de terras-raras sem ou com pouca presença de tório e urânio.

Ora, o General Iasbech centrou num ponto fundamental, que vai possibilitar o nosso desenvolvimento científico e autonomia nessa área: a cartografia. Nós não sabemos o que temos, o que possuímos. Então, o Brasil – e o Projeto Proteger pode ser a grande alavanca disso – tem que unir esforços dos Estados e dos Municípios – hoje nós temos uma vantagem fantástica, que são as imagens de satélites e os novos sistemas digitais, como o GPS e tal – para poder ter o mais rapidamente o conhecimento do que nós possuímos de minerais estratégicos.

Eu descobri recentemente que o Monte Everest é uma homenagem ao cartógrafo-chefe do rei. O que fizeram os inglês na Índia, no Paquistão, no que era a Grande Índia? Cartografaram todo o país. Foi um dos projetos prioritários do vice-reinado da Inglaterra na Índia. E o chefe desse grupo de cartografia chamava-se Everest, George Everest. Então, vejam, a importância da cartografia: a maior montanha do mundo recebe o nome do chefe da equipe que fez a cartografia.

Uma das coisas fundamentais efetivamente é inventariar o que nós temos. E quem pode fazer isso são os cartógrafos brasileiros.

Eu fiquei muito satisfeito com a visão que os nossos prefeitos têm desse processo, aliás, uma decisão que o Senador Anibal e eu tivemos foi chamar os prefeitos, porque eles que estão com a mão na massa, eles que estão ali sentindo os problemas. Evidentemente que toda mineração tem um resíduo ambiental, toda. Não há mineração que não gere um resíduo ambiental. E essa é outra questão a ser bem definida no marco regulatório, de modo a fazer com que a política ambiental seja um suporte da mineração e não um entrave a ela, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável.

Eu queria, então, fazer esses comentários, cumprimentar o Senador Anibal Diniz pela visão geral que ele já deu dos trabalhos aqui desenvolvidos e dizer que tão logo nós providenciemos aquilo que vamos chamar de rascunho, anteprojeto do anteprojeto do marco regulatório sobre essa matéria, nós enviaremos a todos os senhores que estiveram aqui nos prestigiando com as suas informações, com os seus conhecimentos.

Nós aprendemos muito nessas audiências e agradecemos a presença dos senhores e gostaríamos que se possível nos ajudassem essa tarefa que o Congresso quer fazer e precisa desenvolver nessa área.

O País apresenta hoje um hiato entre a sociedade e as instituições, há um hiato, há um descrédito em relação às instituições há um agravamento de questões críticas na saúde, na segurança, na infraestrutura, na educação e uma das razões é que em geral nós já temos uma sociedade digital e governos analógicos. Há um descompasso entre o setor público e a sociedade, tanto que é tão grande a presença dos instrumentos digitais nas mãos do povo, que essas manifestações não tiveram líder e foram simplesmente interconectadas pela Internet.

Então, partindo do quadro geral para o quadro da mineração que é um dos setores fundamentais para o nosso desenvolvimento para o futuro desse país, para o futuro da geração de emprego, posto que o Brasil todo pode se considerar uma das superjazidas minerais mais importantes do mundo, diversas, nós não temos apenas diversidade biológica, a maior diversidade biológica do mundo, a maior diversidade mineral do mundo, também, talvez uma das maiores.

Então, dentro disso é que nós queremos trabalhar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador Luiz Henrique.

Eu consulto aos senhores expositores se alguém gostaria ainda de usar a palavra para alguma consideração? (*Pausa.*)

Se todos se dão por satisfeito, eu gostaria de reafirmar aqui, Senador Luiz Henrique, o quanto me senti honrado em ter sido convidado por V. Exª para presidir esta Subcomissão de Terras Raras, fundamentalmente voltada para o estudo e o entendimento de algo que, para mim, era completamente desconhecido. Esses momentos que tivemos juntos aqui ao longo dessas seis audiências públicas, para mim, foram extremamente enriquecedores.

Então, quero agradecê-lo aqui de público perante todos os presentes pela oportunidade que V. Exª me proporcionou. Sinto-me cada vez mais admirador da boa política e vejo que V. Exª, como um decano da boa política brasileira, age com a energia de um jovem completamente entusiasmado em produzir coisas boas para o Brasil.

Então, V. Exª para mim é um exemplo a ser seguido e quero dizer que me senti muito honrado em poder ter compartilhado contigo esses momentos. E tenho certeza de que esse marco, essa proposição, esse anteprojeto, esse esboço, esse rascunho que V. Exª coordenará daqui para frente, será algo muito interessante e, certamente, vai dar o ponto de partida para essa definição desse marco regulatório. Eu tenho certeza de que isso vai ser muito importante para o Brasil.

Agradeço muito a contribuição de cada um dos expositores, os que estiveram aqui presente hoje e os que também participaram das outras audiências públicas, desta audiência pública de hoje e os trabalhos dessas audiências públicas porque esta foi a última audiência desta Subcomissão de Terras Raras.

Então, muito obrigado a todos, muito obrigado a todos os presentes.

E assim declaramos encerrada a presente audiência pública.

*(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)*